

Educação midiática contra “fake news”

Media Education Against “Fake News”

Nayara Nascimento Francesco¹
Simone Delago Leone²

Resumo: Neste trabalho discute-se como a aplicação da Educação Midiática nas escolas de ensino básico pode contribuir para a neutralização das “fake news”³. Foi possível considerar que os cidadãos que aprendem como funcionam os processos de produção de conteúdos midiáticos, desde telejornalismo, radiojornalismo até jornalismo impresso e na web, desenvolvem leitura mais crítica e interpretação mais lúcida dos fatos.

Palavras-chave: “Fake News”; Educomunicação; Educação Midiática; Comunicação; Redes Sociais.

Abstract: This paper discusses how the application of media education in elementary schools can contribute to the neutralization of “fake news”. It was possible to consider that citizens who learn how the processes of production of media content, from TV journalism, radio journalism to print and web journalism, develop a more critical reading and a more lucid interpretation of the facts.

Keywords: “Fake News”; Educommunication; Media Education; Communication; Social Networks.

Introdução

As redes sociais digitais tornaram-se ferramentas de informação de alta disseminação e engajamento, tanto no consumo como na produção de conteúdo. Isso possibilitou a abertura para a difusão da deturpação das notícias, que está gerando caos e estaremecimento entre a sociedade, além de abalar a credibilidade do Jornalismo.

O excesso de informação e o fácil acesso a esta, além da convergência dos meios, mudaram o organograma da comunicação (emissor, mensagem e receptor) tornando o receptor também em emissor. O leitor, o expectador ou o ouvinte tornaram-se ativos, interagindo com os emissores por meio de comentários ou, até mesmo, produzindo conteúdos por meio blogs e postagens em redes sociais.

¹ Jornalista, graduada pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Mogi das Cruzes (SP), CEP 08780-911. E-mail: francesconayara@gmail.com

² Mestre em Comunicação e Mercado pela Faculdade Cásper Líbero. Professora do curso de Jornalismo da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Mogi das Cruzes (SP), CEP 08780-911. E-mail:

³ As autoras escolheram utilizar o termo em inglês “fake news” entre aspas pois, de acordo com a líder da iniciativa First Draft, Claire Wardle, o uso do termo divide opiniões no meio jornalístico. Durante o estudo, o termo tanto em inglês quanto em português está entre aspas. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/12/23/fake-news-dizer-ou-nao-dizer/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

Essa alteração no comportamento da comunicação em sociedade pode ser vista como algo positivo, pois representa a ascensão da democracia dos meios midiáticos e o declínio da concentração de poder das grandes mídias. No entanto, diante dessa mudança, a credibilidade ganha cada vez mais importância, devido à disseminação de desinformação nos múltiplos meios.

O primeiro ponto de discussão deste artigo apresenta a Educação Midiática e suas vertentes, destrinchando a conceituação da Educomunicação. O subtítulo seguinte apresenta ferramentas de combate à desinformação realizado pelas agências de checagem. O item Educação Midiática foi elaborado como contraponto ao trabalho realizado pelas agências de checagem.

No subitem Formação do Educador Midiático expõem-se as políticas públicas atuais no país, para que a aplicação da educação para a comunicação nas escolas seja possível. A discussão sobre a formação do educador é continuada em Papel do Jornalista na Educação Midiática. No último ponto disserta-se sobre a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que incluiu a disciplina jornalismo-midiático na grade curricular.

Educação midiática e suas vertentes

Diante do cenário desordenado em que as “fake news” atuam e a pós-verdade se hospeda, o papel dos profissionais de Comunicação é estudar, pesquisar, debater e sugerir ferramentas para combater a desinformação.

A Educomunicação, segundo Soares (2014), é um estudo sobre a relação entre Comunicação e Educação e um campo teórico-prático cujo objetivo é a criação de ecossistemas comunicativos para a construção do ensino significativo. Para que seja possível a criação do que é chamado ecossistema, Soares alega que é necessário passar pelo o que ele denomina “áreas de intervenção” (SOARES, 2014, p.43).

O campo da Educomunicação apresenta seis áreas de intervenções (SOARES, 2014). Antes de abordar a área que melhor se encaixa nos requisitos para a neutralização dos impactos da desinformação, é importante ressaltar que a Educomunicação:

Não pode ser reduzida a um capítulo da didática, confundida com a mera aplicação das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) no ensino. Nem mesmo ser identificada com alguma das áreas de atuação do próprio campo, como a “educação para e com a comunicação” (media e educação) (SOARES, 2014, p. 13-14).

Sendo assim, são áreas de intervenções da Educomunicação: (1) educação para a comunicação; (2) expressão comunicativa através das artes; (3) mediação tecnológica nos espaços educativos; (4) pedagogia da comunicação; (5) gestão da comunicação nos espaços educativos, e (6) reflexão epistemológica sobre a própria prática em questão (SOARES, 2014).

Não cabe neste estudo discutir a abrangência de todas as áreas de intervenção, uma vez que o foco está na discussão de como neutralizar os impactos das “fake news”. A educação para a comunicação é a área que se adequa entre as exigências que o problema da desinformação apresenta. Portanto, essa é aqui discutida. O objetivo da área de educação para a comunicação está na compreensão do fenômeno da comunicação.

A área da educação para a comunicação [...] tem como objetivo a compreensão do fenômeno da comunicação, tanto no nível interpessoal e grupal quanto no nível organizacional e massivo. Volta-se, em consequência, para o estudo do lugar dos meios de comunicação na sociedade e seu impacto. Faz-se presente, entre outros modos, pela implementação de programas de recepção pedagogicamente organizados (media education, educación em médios), fundamentados na contribuição das ciências humanas (SOARES, 2014, p.47).

Em suma, esta área de intervenção compõe-se de “uma série de técnicas ensinadas normalmente a crianças e jovens para melhorar a capacidade de discernimento sobre o que é informação confiável e o que é desinformação”⁴.

Soares defende em seus estudos que é fundamental constatar que “não existe um modelo único de se promover a Educação Midiática”. Ele explica que são três os protocolos básicos, conhecidos como um grupo de conceitos e normas que “garantem a identidade das ações, sua coerência e aceitação: o moral, o cultural e o midiático” (SOARES, 2014, p.17).

O terceiro (midiático), que é o que se aproxima do foco deste estudo, estabeleceu-se na América Latina desde os anos de 1980. Essa vertente tem como essência não a mídia, “mas o processo comunicativo em sua abrangência” (SOARES, 2014, p.18). Ou seja, o entendimento das funções de emissores e receptores de comunicação. Este é o protocolo que se encaixa na Educação Midiática, uma vez que se estuda toda amplitude dos processos comunicativos, assim como de fato são os sistemas de informações digitais: complexos, amplos e com muito a se explorar.

⁴ Disponível em nexojornal.com.br/entrevistas/2018/11/17/A-educacao-midiatica-como-antidoto-contranoticias-falsas. Acesso em: 24 fev. 2019.

É importante destacar que a ferramenta discutida neste estudo (Educação Midiática) possui diversas denominações, de acordo com cada grupo de estudo ou país. Além do termo Educação Midiática, existem: alfabetização midiática (UNESCO), letramento midiático (Media Literacy), mídia-educação (Europa), entre outros.

Durante esse processo de reorganização do modelo escolar, tanto as escolas quanto os meios de comunicação “vivem um embate permanente pela hegemonia na formação dos valores destes indivíduos” (COSTA, 2016, p.2).

Com isso, uma “corrida” é criada em torno da preferência na configuração dos sentidos sociais. Assim são criadas diversas nomenclaturas com a mesma etimologia do termo “educação para a comunicação”.

Um exemplo foi apresentado durante o seminário ministrado pela BBC News Brasil, em São Paulo, no mês de março de 2019, intitulado Beyond Fake News: Em Busca de Soluções, em que uma participante aponta o termo firmado pela UNESCO, em 2016, como “alfabetização” e não “formação”, conforme é tratado pelo material de educação contra a desinformação criado pelo grupo jornalístico BBC.

A diretora de redação da BBC News Brasil, Silvia Salek, diz que “a essência do conteúdo é mais importante do que o título e que, ao mesmo tempo, é importante encontrar algo que as pessoas leiam e possam comentar sobre o determinado assunto”.⁵

Percebe-se então, por meio da definição da Educomunicação, que a sugestão do uso da área *educação para a comunicação* se adequa e compreende as necessidades que o problema da desinformação apresenta para ser neutralizado. Este estudo adota o termo Educação Midiática (utilizado pela maioria dos estudiosos e pelas próprias mídias de comunicação) para se referir à área de intervenção denominada *educação para a comunicação*.

Ferramentas contra “fake news”

A apuração dos fatos é uma das ferramentas mais cruciais do jornalismo. É por meio da apuração que o profissional da comunicação garante a veracidade dos fatos e a distância de especulações. A amplitude dos boatos, ou mais conhecidos hoje como “fake news”, graças ao avanço tecnológico, fez com que a apuração no

⁵ Trecho disponível em (3:06:58 a 3:07:56) <https://youtu.be/gRRQOakdTVg?t=11218>. Acesso 12 mar. 2019.

jornalismo se tornasse mais minuciosa. O que antes eram apenas notas e rascunhos de repórteres, separando os fatos relevantes dos que não se aproximavam da realidade – apenas uma dentre as várias etapas na construção de uma notícia –, passou a ser publicado em portais de checagem profissionais e especializados em apuração, conhecidos como *fact checking* ou checagem dos fatos.

No Brasil, as maiores agências de checagem de fatos são os projetos Lupa, da revista Piauí; Truco, da Agência Pública de Jornalismo Investigativo. Além dessas, existem a especializada Agência Aos Fatos e o projeto ChecaZap, da Escola Énois de Jornalismo, que checou informações que circularam nos grupos de aplicativo de mensagens meses antes da eleição presidencial de 2018⁶.

A prática de checagem de informação dos conteúdos falsos, duvidosos ou tendenciosos, tornou-se importante no processo de combate às “fake news”, pois conscientiza os leitores sobre os tipos de mentiras contadas com roupagem noticiosa. As agências ainda reforçam que a checagem dos fatos é importante para a qualificação do debate público.

Essas agências de checagem trabalham com base em um método. Como apontado por Segismundo e Guimarães (2018), os métodos possuem “particularidades, mas todos apresentam conclusão transparente e eficaz, alcançando por meio da checagem a averiguação dos fatos de forma responsável” (SEGISMUNDO; GUIMARÃES, 2018, p.2287).

Apesar dos métodos, da transparência e dos códigos de princípios, as agências de checagem também estão sujeitas a erros. Por isso, como indicam Segismundo e Guimarães (2018, p.2288), as agências de *fact checking* possuem “políticas de erros e correções, que viabilizam sua retratação e a reparação dos dados”. A International Fact-Checking Network (IFCN), rede organizada pelo Instituto Poynter, dos Estados Unidos, garante que as agências de checagem de fatos entregam conteúdo apartidário e transparente para o leitor. É indiscutível que o trabalho das agências de checagem ajudou e ainda ajudará nos combates às “fake news”. Mas, há de se pensar que os braços das agências ainda são curtos para alcançar a velocidade com que as “notícias falsas” são criadas e compartilhadas.

⁶ Estudantes da Escola de Jornalismo da Énois e jovens da Data_Labe fizeram a checagem semanal de fatos e boatos, disseminados por meio da rede de mensagens WhatsApp, que poderiam impactar no processo eleitoral. Disponível em: <https://enoisconteudo.com.br/checazap/>. Acesso em: 18 mai. 2018.

Por isso, neste estudo defende-se que os próprios leitores devam ter autonomia no momento de analisar criticamente um conteúdo ou uma notícia de qualquer natureza e de quaisquer meios de comunicação, por meio dos estudos de Educação Midiática. Porém, como é observado por Segismundo e Guimarães (2018), esse ponto não torna menor os esforços dos profissionais de *fact checking*, pelo contrário: a presença deles ainda será importante mesmo quando a sociedade for educada para os meios, pois nada substitui o trabalho árduo de apuração e o acesso às informações que só estarão ao alcance dos jornalistas.

Educação midiática

Como ainda é humanamente impossível conseguir checar todas as produções de conteúdos falsos pelo mundo e publicá-las nos portais de agências de checagens, a Educação Midiática torna-se uma ferramenta importante no auxílio ao combate às “fake news”. O aluno, ao longo dos estudos, terá autonomia para realizar análises críticas sobre conteúdos, informações ou notícias que consumir.

Dolors Palau Sampio (2009, p.63) lembra que “a primeira condição para a realização de uma leitura crítica dos meios de comunicação é conhecer as suas características formais, isto é, alfabetizar os estudantes”. Para isso, é necessária a introdução do entendimento dos mecanismos de pesquisa, seleção e hierarquização das informações.

É interessante citar a cobertura das notícias internacionais em que diversos países têm sua cultura reduzida a uma catástrofe ou até à invisibilidade, por serem realizadas superficialmente (SAMPPIO, 2009). Com os estudos das mídias, os cidadãos poderiam adquirir conhecimento sobre a amplitude que os diversos povos possuem, quebrando assim o recorte que os veículos de comunicação fazem a partir de suas seleções de pautas.

Percebe-se que a importância da alfabetização por meio da Educação Midiática vai além da discussão deste estudo e ultrapassa o combate às “fake news”, abrangendo todo o território cultural sobre a sociedade e o mundo. Portanto:

[...] uma educação para os meios de comunicação deveria ser implantada de acordo com um modelo que desenvolvesse os seguintes conceitos: (1) todos os meios de comunicação são fabricações; (2) todos os meios de comunicação constroem uma realidade; (3) os públicos constroem o significado dos meios de comunicação; (4) os meios de comunicação têm implicações comerciais; (5) os meios de comunicação contêm mensagens

ideológicas e de valores; (6) os meios de comunicação têm implicações sociais e políticas; (7) os meios de comunicação possuem uma forma estética única, intimamente relacionada com seu conteúdo (AREA, 1998, p.53-55, *apud* SAMPIO, 2009, p.64).

Esta é apenas uma das muitas metodologias que podem ser abordadas. Em conjunto, pode-se acrescentar também as técnicas de produção.

Teríamos que colocar os alunos em situação de comunicação. Não somente para realizarem uma produção, mas também para que a analisassem como emissores quanto à forma, o fundo, os objetos, o público, etc. (APARICI, 1995, p.12 *apud* SAMPIO, 2009, p.64).

Isso faria com que os alunos percebessem os tipos de conteúdo que consomem, tanto na internet como nas mídias off-line, com uma visão ampla, para além do recorte que o produtor de conteúdo escolhe. Os ensinamentos de produção de conteúdo poderão ainda educar o cidadão sobre como emitir uma mensagem sem cometer distorção de informação, equívoco ou até mesmo desinformação, uma vez que este vive em um meio no qual exerce o papel de emissor-receptor.

É importante apontar que a área de intervenção denominada educação para a comunicação, do campo-teórico Educomunicação, é apenas um ponto específico quanto ao recorte da formação para a crítica da mídia. No entanto, a união das áreas Comunicação e Educação tem a capacidade para formar pessoas plenas para o exercício da cidadania, conscientes do espaço, tempo e contexto em que vivem.

Formação do educador midiático

Para que exista a formação crítica sobre as mídias (tanto online quanto offline⁷) é de extrema importância pensar no perfil do profissional que terá o papel de educar para a comunicação.

As disciplinas que englobam a Educação Midiática são desenvolvidas, na maioria das vezes, por professores com competências voltadas para as ciências humanas. Esses profissionais, geralmente, estão preocupados com os “efeitos linguísticos, psicológicos, sociais, culturais ou antropológicos dos meios de informação sobre o público infanto-juvenil” (SOARES, 2011, p.49).

Retomando as reflexões de Ismar de Oliveira Soares (2011, p.65), algumas características próximas ao educador ideal são: a compreensão do outro, “o

⁷ Mídias que englobam televisão, rádio, jornais impressos, revistas (off-line) e portais, blog e páginas em redes sociais (online).

diálogo na gestão de conflitos, a capacidade de contextualizar os problemas” e a busca por “soluções de interesse para a coletividade”.

Além dessas características, o educador, dentro do ensino básico tradicional, deve ser necessariamente licenciado em Educação, por se tratar “de um profissional em condições de atender às demandas do ensino formal” (SOARES, 2011, p. 67).

Soares (2011) ressalta que esse professor, exigido no Ensino Médio, deve seguir a Resolução da Câmara de Educação Básica (CEB) nº. 3, de 26/06/98:

[...] (a) a compreensão e o uso dos sistemas simbólicos e das diferentes linguagens; (b) a capacidade para o confronto de opiniões e de pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas; (c) a análise, interpretação e aplicação dos recursos expressivos das linguagens, de acordo com as condições de produção e recepção; (d) o entendimento dos princípios que regem as tecnologias da comunicação e da informação; (e) o entendimento da natureza das tecnologias da informação com integração de diferentes meios de comunicação; (f) o conhecimento sobre o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e da vida social; (g) a aplicação das tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para a vida (SOARES, 2011, p.69).

Essas especificações deverão ser seguidas pela instituição, porém convém definir um método de administração dos conteúdos. Soares (2011, p.69) traz como exemplo o estabelecimento dos conteúdos em caráter interdisciplinar, no formato de oficinas, como o Jornal Escolar do Estado do Ceará; oficinas voltadas para o uso do rádio no tratamento do tema ambiental no Rio de Janeiro; trabalho com rádio nas escolas do município de São Paulo “para a realização de exercícios interdisciplinares para a aprendizagem da recepção e da produção por adolescentes”.

O aprofundamento na formação de educadores, como lembra Soares (2011), é um dos desafios para quem atua na área, além do diálogo com o poder público e o fortalecimento do Ensino Médio Integrado.

O curso Mídias na Educação, da Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação (MEC), ajuda os professores do ensino básico. a partir do oferecimento de conteúdos nos quais abordam-se desde a história da escrita até o hipertexto e os projetos, utilizando-se mídias impressas na sala de aula⁹.

⁸ Disponível no Portal do MEC http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf. Acesso em: 21 abr. 2019.

⁹ Disponível em http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/impreso/imp_basico/objetivos.html. Acesso em: 5 mai. 2019.

Essa pode ser considerada uma boa saída para auxiliar os professores já em exercício na profissão que necessitem de algo mais prático para aplicação em sala de aula. Para os novos profissionais, e até para quem deseja se aprofundar e se especializar na área, a Universidade de São Paulo (USP) implantou o curso de Licenciatura em Educomunicação, com duração de 4 anos. Algumas outras instituições, em todo o país, também oferecem formação em outras categorias, como curso livre, extensão ou pós-graduação.

Os profissionais da Educação também encontram o curso gratuito de Educação Midiática do Instituto Palavra Aberta e da Fundação Vanzolini. O curso, ministrado em Educação a Distância (EaD), tem a proposta de aprofundar a discussão sobre o desenvolvimento do campo jornalístico-midiático, sobre práticas contemporâneas de linguagem e sobre os fenômenos de produção, circulação e distribuição de informação e opinião na era digital. O público alvo da iniciativa é o professor, mas todos interessados podem se inscrever.

Todos os cursos que já existem e que estão nascendo abordam questões básicas da comunicação, como a história e o conceito da produção midiática. Mas, na era digital, é essencial dialogar simultaneamente com ferramentas digitais durante as aulas de Educação Midiática. Por isso, é importante destacar a necessidade da formação digital dos professores.

A professora Lilia Melo, criadora do projeto *Juventude negra periférica: do extermínio ao protagonismo*, do bairro da Terra Firme, em Belém do Pará, e vencedora do prêmio nacional Professores do Brasil, do MEC, que reconhece o trabalho de professores de escolas públicas, declarou, no seminário Beyond Fake News: Em Busca de Soluções, na sede da BBC News Brasil¹⁰, que:

“[...] a formação midiática é muito importante e nós [professores] precisamos entender o consumo e reconhecer como é que está sendo feita a produção desse audiovisual [...]. Por que os professores estão tendo uma resistência muito grande hoje no Brasil de trabalhar a formação midiática? Porque às vezes eles não sabem mandar nem um áudio no WhatsApp. Eles [os jovens] entendem, eles dominam. Quando a gente traz essa linguagem da mídia, a gente começa a ficar assustado porque os jovens dominam o equipamento. Agora, onde está o papel do professor nesse sentido? É entender o consumo e mediar esse interesse para podermos formar pessoas que usem isso produtivamente a serviço da sua comunidade” (Seminário Beyond Fake News: Em Busca de Soluções. BBC News Brasil. 2019).

¹⁰ Declaração disponível em vídeo de 2:36:59 até 2:40:38. Disponível em: <https://youtu.be/gRRQOakdTVg?t=9419>. Acesso em: 12 mar. 2019.

O surgimento e ascensão das ferramentas digitais e, sobretudo, o domínio dos jovens sobre esses equipamentos mostram o desafio para a escola como instituição (BUCKINGHAM, 2010) e para os professores como mediadores. O pesquisador inglês David Buckingham diz que:

[...] a escola não pode dar-se ao luxo de ignorar o papel cada vez mais significativo que a mídia digital passou a desempenhar na vida da maioria dos jovens. [...] Testemunhamos hoje o alargamento da lacuna entre a cultura escolar e a cultura das crianças fora da escola. Para transpor esta lacuna, precisaremos mais do que tentativas superficiais de combinar educação e entretenimento, ou um relato festejador do potencial educativo da nova mídia. A concepção expandida do letramento midiático [...] fornece o que considero ser uma abordagem bem mais crítica e produtiva (BUCKINGHAM, 2010, p. 53).

Sendo assim, Buckingham (2010, p. 53) sugere que a escola poderia exercer o papel de ampliar o acesso à cultura digital, “talvez em parcerias com outras instituições intermediárias, tais como bibliotecas e centros de tecnologia da comunidade”.

Complementando as sugestões do pesquisador britânico e ampliando a reflexão da professora Lilia Melo, o jornalismo tem papel fundamental no que diz respeito à parceria com instituições educacionais, uma vez que este domina as técnicas, conceitos e fundamentos da produção e execução dos processos midiáticos. Profissionais do jornalismo também podem auxiliar os professores / alunos a entenderem como funciona a disseminação e o largo acesso de informação / desinformação nas redes sociais digitais.

Papel do jornalista na educação midiática

Muitos jornalistas estão tomando a iniciativa de desenvolver projetos que ajudam a educar para os meios de informação. Muitos acreditam na Educação Midiática e partem desse princípio para elaborarem seus projetos. A jornalista americana Christine Bragale, vice-presidente de um projeto de alfabetização midiática, intitulado The News Literacy Project (NLP), é uma das profissionais de Comunicação que está-se dedicando a envolver jornalistas, empresas de comunicação e escolas em um empenho para combater o fluxo de conteúdos falsos (CHARLEAUX, 2018).

Mas o tipo de iniciativa não parte apenas de projetos independentes. O veículo de comunicação inglês BBC News Brasil informou em um evento, no dia 12 de março de

2019, em São Paulo, que “no que depender da BBC Brasil, o tema relacionado à disseminação das ‘notícias falsas’ vai, sim, ganhar a sala de aula nos próximos meses”¹¹.

Diferentemente do modo tradicional de ensino, o projeto da BBC News será realizado por meio de oficinas em escolas e ministradas por jornalistas. Esses profissionais irão conversar com os jovens – público definido pelo veículo com idade entre 14 e 19 anos – sobre “fake news”, com direito a exercícios e gincanas. No canal da rede social YouTube da BBC News Brasil está disponível uma sequência de vídeos com workshops revelando os processos da notícia e das “fake news”¹².

Nuria Fernandez, pesquisadora espanhola, diz que a alfabetização midiática não é de responsabilidade apenas das escolas. Ela cita o pesquisador e escritor da área de comunicação Dan Gilmor, que declarou, nas previsões do NiemanLab (plataforma que ajuda a área de jornalismo a descobrir seu futuro na era da internet): “os meios de comunicação e os jornalistas podem conseguir impacto maior que as instituições educacionais” (CHARLEAUX, 2018). No entanto, muito mais do que educar, a pesquisadora Fernandez ressalta que é necessário também que os veículos sejam mais transparentes e que permitam a participação mais ativa de sua audiência.

Políticas Públicas para a Educação Midiática

O caminho para que a prática das aulas de Educação Midiática nas escolas seja possível já começou a ser trilhado. O Ministério da Educação (MEC) aprovou, por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), a inclusão do ensino de jornalismo-midiático para alunos entre 14 e 18 anos de idade (GONÇALVES, 2018).

A disciplina faz parte da área de Linguagens e suas Tecnologias, e será ministrada no Ensino Médio. O novo documento considera a nova cultura digital, mas não somente o surgimento de novos gêneros textuais, como *post*, tuíte, reportagem multimidiática, entre outros, mas as novas ações, como comentar, compartilhar e curtir “que supõem o desenvolvimento de outras habilidades” (BNCC, 2018, p.479). Assim, o que já era ensinado como texto em sala de aula passa a ser abordado no conjunto com a convergência das mídias.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gRRQOakdTVg&t=8500s>. Acesso em: 12 de mar. 2019.

¹² Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Yufygaak5sE&list=PLCX5XjxKTpTk9LEVtNkNM3B8129iUdjFY>. Acesso em: 1 mai. 2019.

Merece destaque o fato de que, ao alterar o fluxo de comunicação de um para muitos – como a TV, rádio e mídia impressa – de muitos para muitos, as possibilidades advindas das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) permitem que todos sejam produtores em potencial, imbricando mais ainda as práticas de leitura e produção (e de consumo e circulação / recepção). Não é só possível a qualquer um redistribuir ou comentar notícias, artigos de opinião, postagens em vlogs, machinemas, AMVs e outros textos, mas também escrever ou performar e publicar textos e enunciados variados, o que potencializa a participação (BNCC, 2018, p.479).

Desse modo, a profusão de informações no meio digital pleiteia que os alunos aprendam a construir senso crítico e seletivo com relação à ascensão das “fake news”, à era da pós-verdade e dos discursos de ódio, nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias” (BNCC, 2018, p.479). Entre as competências da área de Linguagens e suas Tecnologias, o ensinamento de jornalismo-midiático está incluso na competência 7, e tem como proposta:

Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoais e coletiva. (BNCC, 2018, p. 489).

É importante destacar que na BNCC enfatiza-se a importância de os jovens terem visão crítica para saberem selecionar, filtrar, compreender e produzir conteúdo criticamente. Isso tange o combate às “fake news”, uma vez que a disciplina trabalhará a análise, leitura e produção dos produtos midiáticos em sala de aula. Na base sugere-se ainda disponibilizar não somente os meios técnicos, como as linguagens de programação e as ferramentas de aplicativos, mas com conexões éticas, para possibilitá-los a realizar a triagem de informações, assim como produzir “o novo com base no existente” (BNCC, 2018, 489).

Em teoria, pode-se dizer que políticas públicas estão sendo pensadas e criadas para o caminho da neutralização das “fake news”. Mas, do mesmo modo que a mentira não é tão recente no mundo, as tentativas de aplicações da Educomunicação em sala de aula – no que diz respeito ao ensino formal – também ocorrem há alguns anos.

Conclusão

Neste artigo demonstrou-se que o assunto está sempre em processo de desenvolvimento e construção, devido ao contexto atual. Isso porque à medida que a cada instante um novo conteúdo falso está sendo criado há uma nova informação ou estudo referente às “fake news” sendo elaborados.

São poucos os estudos acadêmicos que abordam a utilização da Educação Midiática como ferramenta no combate à desinformação. No entanto, em razão da urgência do assunto, diversos veículos têm pautado o tema, produzindo inúmeros conteúdos, além de discussões em palestras e seminários, como o Beyond Fake News: Em Busca de Soluções, do veículo britânico BBC News Brasil, em São Paulo, e o Seminário Fact-checking “Se é fake, não é news”, realizado pelos jornais Diário de Suzano e Diário do Grande ABC, na Faculdade Piaget, em Suzano¹³.

A aplicação da Educação Midiática no combate à desinformação, por mais que o tema faça parte de anos de estudos acadêmicos e projetos sociais, está apenas começando. A aprovação do Ministério da Educação (MEC) para inclusão da disciplina Jornalismo Midiático no Ensino Médio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – que deverá ser integrada ao ensino até o final de 2020 – mostra que houve um avanço nas políticas públicas, mas há de se pensar nos desafios que permeiam a iniciativa.

Os desafios mais urgentes são a formação do profissional que ministrará as aulas de Jornalismo Midiático nas salas de aula e o analfabetismo funcional. De acordo com a última pesquisa do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), em 2018, a porcentagem de analfabetos funcionais com ensino fundamental nos anos finais indicou 34% e com ensino médio 13%¹⁴. No contexto digital, Christine Nyirjesy Bragale, vice-presidente de comunicação do The News Literacy Project, disse em entrevista à BBC News Brasil que um dos reflexos do baixo nível de alfabetismo é de que as pessoas ficam “vulneráveis à desinformação, especialmente memes¹⁵, imagens manipuladas e usadas em contexto falso” (FAJARDO, 2019).

Aqueles que não possuem a habilidade de interpretação, ou seja, “só leem o suficiente para localizar informações explícitas em um texto curto, sabem somar

¹³ Disponível em <https://www.diariodesuzano.com.br/videos/seminario-fact-checking-se-e-fakenao-e-news/348/p/79/>. Acesso em: 22 mai. 2019.

¹⁴ Disponível em <https://ipm.org.br/relatorios>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹⁵ Meme é um termo grego que significa imitação. No meio digital é conhecido como uma informação “viral”, que se espalha rápido.

dezenas, mas não conseguem identificar qual operação matemática é necessária para resolver o problema”, representam 22% dos analfabetos funcionais. As pessoas desse grupo, de acordo com o estudo, por mais que possuem tais dificuldades estão muito presentes nas redes digitais.

O nível de analfabetismo funcional é um obstáculo a ser solucionado, pois, o reflexo da existência da falta de habilidade em interpretar e escrever deixa as pessoas mais vulneráveis às “fake news”.

O caminho da educação mostra-se o mais longo, porém, a ferramenta mais eficiente contra a desinformação. O objetivo de educar as novas gerações para a comunicação é para que cresçam, se não imunes, pelo menos capacitadas a compreender como se produzem as notícias e como elas se diferenciam das mentiras com roupagem noticiosa.

Os profissionais de Educação e Comunicação devem-se unir. Juntos, eles possuem a responsabilidade de estudar cada vez mais o assunto, para que possam compreender como orientar as crianças e jovens dentro do contexto digital atual contra a desinformação.

Referências

BNCC. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Ensino Fundamental. 2017.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Ensino Médio. 2017 BRASIL,

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.35, n.3, p. 37-58, set/dez 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 13 abr. 2019.

CHARLEAUX, João Paulo. A Educação Midiática como antídoto contra notícias falsas. **Nexo**, nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2A4I1R9>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CHARLEAUX, João Paulo. Como as “fake news” podem ser um incentivo à alfabetização midiática. **Nexo**, jan. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/fakenewsnexo>. Acesso em: 1 mai. 2019.

FAJARDO, Vanessa. Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no Brasil. **BBC News Brasil**, nov. 2018. São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GONÇALVES, Marcio. Opinião: Jornalismo Digital chega ao Ensino Médio 55 com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular”. **Portal Imprensa**, dez. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/imprensa-educa>. Acesso em: 5 mai. 2019.

SAMPIO, Dolors Palau. Kapuscinski: guia para uma análise crítica das notícias sobre conflitos internacionais. Revista ECA (Escola de Comunicação e Artes). **Comunicação & Educação**, ano XIV, n.2., mai./ago., 2009.

SEGISMUNDO, Wellington Castro; GUIMARÃES, Marta Mencarini. Fake news: uma análise de agências que ajudam a identificar a veracidade de uma notícia. **Anais do 13 Simpósio de TCC e 6 Seminário de IC da Faculdade ICESP**. 2018, n.13, p.2279-310.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. **Comunicação & Educação**, ano XIX, nº 2, 2014.